

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM LETRAS**

SANDRA MILENA TENAZOR TAUANA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ESCOLA
MUNICIPAL INDÍGENA FREI FIDELIS NA COMUNIDADE DE PALMARES,
ESTADO DO AMAZONAS.**

Tabatinga-AM
2019

SANDRA MILENA TENAZOR TAUANA

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA FREI FIDELIS NA COMUNIDADE DE PALMARES, ESTADO DO AMAZONAS.

Trabalho de conclusão de curso – TCC, apresentado como requisito à obtenção do grau de licenciada em Letras pela da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Prof^o. MCs: ILMA MARQUES OBANDO

Tabatinga-AM
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos familiares e amigos que durante toda esta caminhada estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela força, saúde, coragem e confiança.

Aos meus avós Ademar Ipuchima Tauana e a Crieza Tauana Tenazor por acompanhar o meu crescimento e a educação.

Aos meus amigos que sempre se mantiveram à disposição para me ajudar na batalha da vida.

A minha orientadora Ilma Marques Obando pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A professora e coordenadora do curso, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Enfim, agradecer a todos que de algum modo, nos momentos serenos e apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso agradeço a todos de coração.

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

(Paulo Freire)

LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CEEI- Conselho de Educação Escolar Indígena

LDB- Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

OGPTB- Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues

PEE/AM- Plano Estadual de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

RANE- Revista de Articulação Nacional de Educação

RCNEI- Referencial Curricular para as Escolas Indígenas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Identificação do Professor	47
Tabela 2. Identificação dos alunos.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O gosto pelos estudos	52
Gráfico 2. Desenvolve a habilidade da leitura?	53
Gráfico 3. Que livro ou texto é fica mais interessante, ler em português ou na língua materna	54
Gráfico 4. Qual o idioma que domina mais e gosta de ler?	55

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discorre sobre os desafios da educação escolar indígena dos alunos da Escola Municipal Indígena Frei Fidelis na comunidade de Palmares, município de Tabatinga, estado, Amazonas. A temática é de pautável relevância, pois demonstrou-se de forma particular os desafios dos professores e dos alunos na educação específica e diferenciada no contexto dos desafios encontrados na escola indígena, as metodologias, os materiais didáticos utilizados para a prática do ensino e aprendizagem dos alunos. No contexto da história da educação essa é uma luta desde a colonização até os dias atuais. Na visão dos professores e da escola ainda é dado como um espaço de lutas para a concretização da educação. Os sujeitos da pesquisa envolve a comunidade escolar e os professores. As técnicas utilizadas nas coletas dos dados foram: a observação participante e questionário e a conversa informal, na qual possibilitou os resultados da investigação, além de materiais bibliográficos. A análise inclui as discussões do caminho metodológico que trouxe pontos importantes para sobre os desafios do processo e aprendizado por meio do bilinguismo na escola indígena. A pesquisa apresenta dados de como o ensino bilíngue pode trazer transformações e mudanças favoráveis à escola e aos alunos. Nas considerações finais são apresentados os pontos fundamentais como sugestões e recomendações por uma escola de qualidade para alcançar realmente a sua autonomia.

Palavras-Chave: Educação escolar indígena, Ensino, Aprendizagem.

RESUMEN

Este documento de conclusión del curso discute los desafíos de la educación escolar indígena de los estudiantes de la Escuela Municipal Indígena Frei Fidelis en la comunidad de Palmares, municipio de Tabatinga, Amazonas. El tema es de relevancia relevante, ya que se ha demostrado en particular los desafíos de maestros y estudiantes en educación específica y diferenciada en el contexto de los desafíos encontrados en la escuela indígena, las metodologías, los materiales didácticos utilizados para la práctica de la enseñanza y el aprendizaje. En el contexto de la historia de la educación, esta es una lucha desde la colonización hasta nuestros días. En opinión de los docentes y la escuela, todavía se ofrece como un espacio para las luchas por la realización de la educación. Los temas de investigación involucran a la comunidad escolar y los maestros. Las técnicas utilizadas en la recopilación de datos fueron: observación participante y cuestionario y conversación informal, que permitieron los resultados de la investigación, así como materiales bibliográficos. El análisis incluye discusiones sobre el camino metodológico que trajo puntos importantes a los desafíos del proceso y el aprendizaje a través del bilingüismo en la escuela indígena. La investigación presenta datos sobre cómo la educación bilingüe puede provocar transformaciones y cambios favorables para la escuela y los estudiantes. En las observaciones finales, los puntos clave se presentan como sugerencias y recomendaciones de una escuela de calidad para lograr realmente su autonomía.

Palabras clave: educación escolar indígena, Enseñanza, Aprendizaje.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	15
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 O contexto no cenário brasileiro	15
1.2 O panorama da Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas	18
1.3 Altos voos na Educação Escolar Indígena	19
1.4 A ótica da Constituição de 1988	27
1.4.1 Sobre a vigência da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.....	28
1.4.2 Dos dispositivos da Educação Indígena no Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172	29
1.4.3 Da Declaração de Princípios da Educação Indígena do Estado do Amazonas, Roraima e Acre	29
1.5 Língua e Linguagem permanentes desafios	30
1.6 Memórias e histórias vivas de um povo.....	32
1.7 Os desafios da Língua Portuguesa no contexto da educação escolar indígena	33
1.8 A educação Específica e Diferenciada, qual o seu verdadeiro sentido	35
CAPÍTULO II	40
2. METODOLOGIA	40
CAPÍTULO III	44
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso-TCC discorre sobre os desafios da educação Escolar Municipal Indígena Frei Fidelis na comunidade de Palmares, Município de Tabatinga, Amazonas. Atribuída para esse campo investigativo a linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Acredita-se que este estudo venha contribuir no contexto do campo educativo e aos futuros professores ao deparar com tais desafios.

Nos dias atuais a educação no Brasil passou por alguns avanços significativos, porém não conseguiu atingir seus objetivos de forma responsável, autônoma e respeitosa. E a educação indígena não está de fora deste panorama. As lutas constantes pelas comunidades, escolas, professores primam por melhores condições de uma educação voltada com suas especificidades e diferenças.

É notório que essas conquistas ainda são desafiantes, pois ainda não é favorável para essas populações em sua política educacional nas escolas, especificamente na escola indígena ticuna no Alto Solimões, entre as fronteiras do Brasil, Peru e Colômbia, qual foi o nosso objeto de estudo. Observou-se as dificuldades e os caminhos que os professores e as escolas trilham, a falta de materiais didáticos apropriados e escritos no próprio idioma. As dificuldades de aprender as duas línguas, que podem trazer aos alunos eventuais consequências nos avanços e rendimento escolar.

Neste trabalho objetivou-se refletir sobre os desafios na educação escolar indígena. Esta não estando bem clara pode elevar desafios maiores pela sua extensão, compreensão e a sua aplicabilidade. A pesquisa nos mostrou os desafios recorrentes da escola, dos professores e principalmente dos alunos. Muitos alunos são falantes da língua materna, porém sem formalidade na leitura e na escrita é o que está em discussão neste estudo.

A busca por esta educação indígena possibilitará uma atuação para o estudo e aplicabilidade de materiais específicos com maior recurso didático-metodológico mediando seus próprios currículos de aprendizagem. O desafio constante de alunos/professores na sua atuação como docente. É de fundamental importância que este trabalho tenha um respaldo social pelo grau de apanhados que foram coletados e assim descritos no decorrer de sua elaboração.

Como elementos fundantes adotamos metodologias que permitissem com cuidado de delicadeza para não fazer juízo de valores o que estaríamos a investigar.

Adotamos como distribuição do trabalho três capítulos: Fundamentação Teórica, a Metodologia e a Apresentação da discussão e Resultados.

O Capítulo I, da fundamentação teórica apresenta as informações trazidas com os teóricos com afinidade da temática sobre a educação escolar indígena.

O capítulo II, da Metodologia constam as informações como traçou-se os caminhos para trabalhar o campo investigativo, bem como os sujeitos da pesquisa.

Capítulo III, apresenta as discussões e resultados, as informações de uma pertinência fundamental no trabalho em estudo. Discorrido do método observacional, das questões e sua aplicabilidade, da aproximação com os sujeitos da pesquisa, dentro de uma reflexão pertinente ao contexto da educação indígena.

Nas Considerações Finais aborda-se a generalidade do trabalho discorrido e elaborado para este campo epistemológico. Propõe-se algumas sugestões e recomendações a respeito do nosso estudo. E assim, contribuindo com as mais diversas publicações sobre a temática.

CAPÍTULO I

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O contexto no cenário Brasileiro

Neste capítulo aborda-se os desafios de uma educação escolar indígena no panorama brasileiro dentro de uma perspectiva crítica, analítica e interpretativa que permeia de lutas e conquistas cada vez mais por uma educação de qualidade para os povos indígenas.

Para entender os desafios desse contexto é necessário retomar a história da educação escolar indígena e especificamente da educação específica e diferenciada, verificando as transformações corridas no ensino de língua nas escolas indígenas desde a época colonial até os dias de hoje. Sabe-se através de inúmeras literaturas e registros que a educação escolar indígena desde o período colonial esteve relacionada na catequização dos nativos pelos jesuítas, por incorporar uma cultura totalmente diferente nos indígenas, modelada pela visão europeia trazida pelos colonizadores. Desta forma, desde o período colonial a educação indígena passou por várias fases até os dias atuais.

Conforme (FERREIRA 1992, p. 120), destaca que:

A primeira situa-se à época do Brasil Colonial, quando a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas; o segundo momento é marcado pela criação do SPI, em 1910, e se estende à política de ensino da FUNAI e a articulação com o Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas; Terceiro momento é o surgimento de organizações indigenistas não governamentais e a formação do movimento indígena em fins de 1960 e início de 1970, período de ditadura militar, e a quarta fase vem da iniciativa dos próprios povos indígenas a partir de 1980.

Os estudos relatam que as sociedades primitivas possuem seus padrões educacionais, de maneira geral isso foi descaracterizado e desrespeitado, a forma mais cruel e perversa foi extinguir essa educação de uma forma brutal, sem dar o mínimo de reconhecimento e muito menos respeito. Neste contexto a educação indígena ficava muito distante da vivência da comunidade, apesar de as escolas estarem inseridas na comunidade, porém o seu funcionamento era desconectado, com a atenção totalmente voltada ao interesse colonial e econômico da coroa, pois o objetivo dos catequistas foi “civilizar os índios nos moldes dos costumes europeus” e também em outro lado pelo enriquecimento da coroa portuguesa, e também da Igreja Católica com a exploração de mão-de-obra indígena, percebe-se que ambos, os colonizadores buscavam apenas a aculturação dos povos primitivos.

A situação da educação na época por sua vez, não apresentava em sua organização uma estrutura educacional compatível com a realidade dos alunos. Porém, de uma forma bem cruel contribuiu com o desaparecimento de várias culturas indígenas, obrigando, principalmente os filhos dos indígenas a aprenderem a Língua Portuguesa como a língua dominante da época, e assim, se tornava proibido o uso da língua materna nas escolas, e os métodos utilizados em sala de aula caracterizaram-se pela abordagem de conteúdos e metodologias de cunho exploratório e evangelizador pelos colonizadores que se distanciavam cada vez mais da realidade do seu povo. Desta forma, a função que a escola com a aplicabilidade dos métodos pelos missionários exerceu na época foi a contribuição na dizimação de muitas e diversas línguas indígenas, principalmente o ensino da língua materna.

Nesse contexto Freire (2004, p. 23) dando ênfase aos seus estudos, direciona sobre a implantação das escolas nas comunidades indígenas, aponta que:

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que os estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de serem indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas.

Fica evidente que a intenção dos colonizadores com as populações indígenas era destacar ou ensinar outras formas de conhecimentos no processo de escolarização e exploração. Com isso, diversas línguas indígenas foram submergidas e outras em decurso de extinção. As instituições escolares na época foram instrumento importante apenas de exploração de mão de obras e exclusão de culturas. Desde esse tempo, a educação escolar indígena já ganhava cicatrizes que até hoje carregam seu peso nas escolas e isso nunca foi uma tarefa fácil. Sempre foi valorizado o ensino dos “brancos”, que muitas vezes não interessa e nem compatível com a realidade da comunidade escolar.

Já com intuito de reverter e tomar ciência da real situação sobre um fato histórico e cultural, recentemente surgiram várias manifestações em torno dessa questão, a partir da década de 70 surgiram um número expressivo de lutas para a melhoria da educação nacional e especificamente na educação indígena. A partir desse momento a educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde essa década, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Traçando uma nova política para a educação escolar,

com a pressão da sociedade o estado passa ter uma nova lei que regulamenta a educação de nível nacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, assegura aos povos indígenas o reconhecimento de seus direitos fundamentais, nesses momentos a Educação Indígena passou ser uma peça fundamental para a formação da educação brasileira. As escolas passam a ter um novo currículo baseado na educação e realidade do povo, garantindo assim que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, p. 25, 1988).

No cenário atual, as escolas e a educação indígena ainda enfrentam várias dificuldades para incrementar o ensino de língua materna nas suas escolas e comunidades. No entanto, a educação e os seus processos de aprendizagens nas escolas indígenas foram e estão sendo insuficientes para os alunos aprenderem o conhecimento sobre a sua própria história, pois, muitas vezes a língua foi usada somente para a comunicação oral entre alunos indígenas, mas não praticavam a escrita, com um reflexo até os dias atuais que afeta muitos alunos indígenas. Os conteúdos escolares em sua maioria não se importam muitos com a realidade indígena, é um desafio constante nas escolas. Nas salas de aulas a situação agravou-se mais, pois, os professores que lecionam muitas vezes não são indígenas, e fica difícil a comunicação entre o professor e alunos.

Atualmente, essa situação ainda não foi resolvida, as escolas e as comunidades indígenas querem ter uma educação voltada para o serviço da comunidade, no que tange a educação específica e diferenciada, no entanto, os órgãos responsáveis não reconhecem sua luta.

No tocante a educação já passou por vários períodos e fases, desde o período colonial aos dias de hoje, a escola passou por várias transformações em busca de uma digna conquista de sua autonomia de seus conhecimentos e articulação com seus saberes tradicionais. De interesse dos colonizadores até à promulgação da Constituição Brasileira de 1988, muitos foram os avanços no campo educacional, mas também muitos ainda faltam a cumprir para que se possa gozar de uma educação de qualidade e diferenciada para as escolas indígenas.

1.2 O panorama da Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas

A educação escolar indígena no Estado do Amazonas herdeira do processo de colonização dos exploradores ao território nacional pelos missionários jesuítas fixavam o sistema educacional nas aldeias indígenas, com o objetivo da exclusão da língua indígena e a implantação de língua portuguesa nas escolas das comunidades. Essa política educacional voltada ao ensino fazia com que os indígenas deixassem de “lado” a sua língua mãe e passassem a adotar a segunda língua, a portuguesa, que até hoje permanece nas escolas indígenas.

O espaço territorial que hoje é o Estado do Amazonas como parte da colônia portuguesa não deixava de depender da política educacional brasileira, esta por sua vez configurou-se como principal mentor da exclusão das marcas educacionais indígenas, principalmente de sua matriz linguística e substituindo pela língua portuguesa, tornando-a sua segunda língua.

Na verdade essa política linguística justifica todas as práticas educacionais até hoje. Ora ela nega as línguas indígenas, desvalorizando-as; ora nega completamente sua existência ou utiliza-se delas para um único fim: fazer com que os índios sejam falantes de português ou, quando muito, promover o bilinguismo como prática intercultural (BRASIL, 2007, p. 42).

Muitos grupos indígenas tiveram que se adaptar com essa prática educacional da época, tanto foi considerável que culminou a dizimação de várias maneiras de aprendizagem e suas línguas indígenas no estado do Amazonas e em todo o país, mesmo com estas perdas foi necessário a coragem e a resistência desses povos até então, e assim dando continuidade a educação indígena.

Desta maneira, ficava fácil e evidente aos portugueses que tiveram contato com a aldeia em conquistá-la para a metrópole. Mas, o foco principal dessa “política” foi introduzir a Língua Portuguesa dentro da escola indígena, e que a política educacional da época se “concentrou nos primeiros séculos de conquistas, em políticas voltadas para a negação das línguas indígenas e a afirmação do português como a língua dominante” (PROFORMAR, 2007, p. 42).

No contexto dessa política educacional surgiram novas ideias e manifestações em nível nacional, dessa forma foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- 9394/96 com a finalidade de assegurar a educação nacional como direitos de todos e a educação indígena ganhou força e conquistou autonomia no cenário nacional. E o Estado do

Amazonas não ficou de fora nesse contexto, às reivindicações dos povos indígenas para a melhoria da educação começou a ganhar força no cenário estadual.

Assim, a escola indígena foi estruturada desse modo:

A educação indígena será coordenada por uma comissão ligada ao MEC, formada por representantes indígenas por meio de suas organizações no Estado e por representantes dos diversos organismos governamentais e civis, diretamente vinculado, à causa indígena (AMAZONAS apud PROFORMAR, 2007, p.65).

Pode-se perceber que essa atua em várias organizações e secretarias, mas na verdade muitas vezes nem são indígenas que ocupam esses cargos. E essas pessoas as vezes nem conhecem a realidade das escolas e comunidades indígenas. Sabe-se que o grande objetivo da luta dos povos indígenas na atualidade não é só a questão de terra, mas também a preservação de sua língua materna, por uma educação específica e diferenciada que vela os direitos como princípios de vida.

O Amazonas é o estado com maior número de povos indígenas do país, representa 30% da população indígena existente no país. Segundo os dados (IBGE, 2010), “a população indígena no estado foi de 168.680 índios. Distribuídos em 65 grupos, falando cerca de 29 línguas”.

Uma das principais legislações que está em vigor no Estado do Amazonas é a de 1994, onde diferentes povos indígenas reuniram-se na capital do Amazonas, cidade de Manaus, com o objetivo de debater e reafirmando os princípios e direitos dos povos indígenas do Estado, esse princípio com dez pontos principais atualmente garante aos povos indígenas o direito à educação diferenciada.

E os mais importantes desses princípios (BRASIL, 1988, p. 29) são:

1. As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias;
2. As comunidades indígenas devem, juntamente com os professores e organizações indicar a direção e supervisão das escolas;
3. As escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos;
11. É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.

E nos princípios 14 e 15, consta que:

Os municípios, os Estados e a União devem garantir a educação escolar específica às comunidades, reconhecendo oficialmente suas escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal e,
A União deverá garantir uma Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena, interinstitucional, com participação paritária de representantes dos professores indígenas.

Na apresentação desses princípios a realidade das escolas é muito diferente sob a ótica do que muitos pensam. O ensino nas escolas traz um desafio ainda ser enfrentado pelos educadores indígenas, atribuída as suas características, particularidades e especificidades. Mas, também as maiorias das escolas recuperam e conquistam sua autonomia através de ensino.

Fica evidenciado, que a escola deve valorizar o ensino de seus processos de aprendizagem através da língua materna e preservando também a sua cultura. Mas, essa questão na prática nem sempre acontece na realidade das escolas. Por isso, todos os órgãos que compõem a educação escolar indígena deveriam promover uma reforma para melhorar a situação do ensino nas escolas indígenas.

É nesse sentido que o Plano Estadual de Educação do Amazonas demonstra quando se destaca que:

A Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas deverá promover uma mudança de mentalidade sobre o índio na sociedade, e garantir a participação dos povos indígenas em todas as fases de seu processo educacional, considerando suas especificidades e características próprias de aprendizagem. (PEE/AM, 2008).

Contudo, são inúmeros os desafios e é um agregado a ser constituído e realizado nessa situação, devido a variedades de culturas e também falta de execução de programas educacionais no estado especificamente aos povos indígenas, das quais o Estado do Amazonas promove sua pertinência. Todavia, por outro lado as lideranças governamentais deveriam dar maior ênfase, cumprindo os seus deveres para com os povos indígenas no cumprimento dos seus direitos de estar nas escolas, onde é um complemento na qual produzem conhecimentos para o bem da própria comunidade.

O caso da escola indígena na qual o trabalho foi direcionado, é de grande importância, analisar e refletir os métodos atuais que os professores utilizam e como estão direcionando os seus educandos na questão de ensino, na recuperação e na manutenção de seus processos escolares de ensino e aprendizagem por meio de sua língua materna, e também da língua portuguesa.

1.3 Altos voos na educação escolar indígena

Para compreensão dessa realidade educacional dos povos indígenas dessa região, primeiramente tem que se nos remeter ao trabalho de lutas de vários grupos de lideranças

que exigiram para as suas comunidades e povo, uma educação indígena reconhecida oficialmente pelo governo estadual e federal.

Em meados de 1970 e 1980, a educação indígena ticuna foi marcada pelo distanciamento da realidade dos alunos e da comunidade, devido a presença de professores não-indígenas, ficava claro que os alunos não conseguiam assimilar os conteúdos repassados pelos professores, pois:

O processo educacional era caracterizado pelo distanciamento dos conteúdos oferecidos em relação à realidade do povo ticuna, assim como pela dificuldade de comunicação entre professores brancos e alunos ticuna, inclusive no que se refere à língua. Reforçava-se, assim, uma tendência mais geral de enfraquecimento da cultura daquela comunidade indígena, do qual fazia parte a perda do domínio de sua própria língua (FARAH e BARBOZA, 2001, p.04).

Assim pode-se perceber que o objetivo do ensino da época não foi compatível com a realidade dos educandos, devido à diferença cultural entre os alunos indígenas e os professores não indígenas que eram destacados às escolas, o que foi constatado nesse cenário o enfraquecimento educacional das escolas indígenas. Sendo também, ao mesmo tempo contribuiu com a perda cultural de muitos grupos indígenas.

Com isso afetava não só a(s) escola(s) e os alunos, mas também a comunidade em geral. Não havia professores indígenas capacitados nas aldeias, e isso contribuiu com o enfraquecimento de ensino de língua materna para os alunos e para escola. Vários professores vinham da cidade para se deslocar à comunidade indígena para trabalhar nas escolas, e muitas vezes trabalhava só pelo interesse econômico e não pela comunidade.

Essa situação começou a mudar efetivamente a partir da década de 1980, quando foi criada uma organização conhecida como Organização dos Professores Ticunas Bilíngues – OGPTB em 1986, na Aldeia Ticuna de Filadélfia, a quatro quilômetros do Município de Benjamin Constant, AM, cidade vizinhas à Tabatinga.

Com a criação desse órgão “as comunidades ticunas passaram a escolher os professores entre os moradores, na qual a grande parte dos professores que iniciaram em 1993 o curso de formação foram escolhidos pelas comunidades” (FARAH & BARBOZA, 2001, p. 05). Ao retornarem, os professores levaram grandes conhecimentos para os seus alunos e para a comunidade. Assim começou a mudar a situação educacional das escolas ticuna como também de outras etnias que vivem na região como Cocama, Caixana, Cambeba, entre outras.

Com essas lutas e conquistas a situação do ensino começou a mudar, as escolas tiveram uma visão da realidade dos seus educandos. O grande destaque foi exatamente o

ensino específico e diferenciado aos alunos indígenas. O resgate não foi tão fácil como hoje, pois não havia professores suficientes para trabalhar com os alunos em salas de aulas, foi assim que a OGPTB atuou com grande destaque, aperfeiçoando e capacitando professores ticuna só para trabalhar com o ensino de língua materna nas suas escolas.

O objetivo principal da Organização dos Professores Ticunas Bilíngues – OGPTB, foi a implantação do projeto Educação Ticuna, resgatar o uso e o ensino de Língua materna nas escolas e a implantação de uma escola com educação diferenciada. Uma das lutas dos povos há muito tempo para a preservação de sua herança cultural e língua materna.

Essa ideia não foi fácil para implantar nas comunidades indígenas, pois existem vários desafios que os governantes municipais da região colocaram diante da realidade. O não reconhecimento das escolas como Escolas Indígenas, o não reconhecimento dos calendários escolares, o ensino da Língua materna nas escolas indígenas, são alguns obstáculos colocados nesses momentos e que alguns permeiam até hoje nas escolas. Apesar de a LDB 9394/96 garantir às escolas indígenas “a utilização de língua materna e os processos próprios de aprendizagem” (Art. 32, § 3º), mas, ainda está longe de se tornar realidades concretas.

Hoje as escolas indígenas alcançam e avançam mais na questão educacional, os projetos desenvolvidos pela OGPTB e outros órgãos educacionais serviram e servem como ponto fundamental para contribuição e reafirmação de identidade. Elas se caracterizam por serem comunitárias e:

Espera-se que esteja articulada aos anseios de comunidade e a seus projetos de sustentabilidade territorial e cultural. Dessa forma, a escola e seus profissionais devem ser aliados da comunidade e trabalhar a partir do diálogo e participação comunitária, definindo desde o modelo de gestão e calendário escolar – o qual deve estar em conformidade às atividades rituais e produtivas do grupo - até os temas e conteúdos do processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2007, p.21).

No entanto, a escola indígena não só ticuna, mas de outras etnias reforçam o ensino de Língua materna nas suas escolas. Essa realidade pode-se sentir no contexto escolar, onde os alunos indígenas estão aprendendo a escrever na sua própria língua, mas as maiorias dos educandos ainda estão em fase de “alfabetização” para aprender a sua própria língua.

A produção de materiais didáticos para facilitar os trabalhos dos professores e também dos alunos foi o principal desafio até hoje para a implementação de uma educação diferenciada nas escolas indígenas, principalmente no ensino de língua materna. Muitas vezes a produção de materiais não é feita pelo linguista, mas sim pelo próprio professor

que ministra aulas de Língua Materna para diferentes séries o que dificulta mais uma vez o trabalho dos educadores indígenas. “O processo é lento porque o material não é feito por linguistas e sim pelos próprios professores, que passam a valorizar mais sua produção, se envolvem mais com a criação do material e, por isso, acabam gastando mais tempo” (FARAH & BARBOZA, 2000, p. 06).

Nesta conjuntura, a inclusão das aulas diferenciadas nas escolas indígenas foi uma conquista mais importante para os alunos, pois recheiam assuntos mais diferenciados e dinâmicos entre as duas línguas (Língua materna e Portuguesa). E hoje isso facilita muito a aprendizagem dos alunos dentro e fora da escola. De acordo com a professora Iraci Fernandes de Araújo, “quando as aulas eram dadas em língua portuguesa, as crianças comunicavam-se menos com os professores. Antes as nossas escolas eram tristes” (FARAH & BARBOZA, 2001, p. 08). Devido a isso muitos alunos foram prejudicados na sua aprendizagem.

Apesar de os indígenas Ticuna, Cocama, Caixana, Cambeba, entre outros se integrarem bastante com os não indígenas, o uso da língua materna prevalece muito na comunicação e na escrita. Isso acontece porque as maiorias das comunidades são indígenas na região. A comunicação em língua materna percebida até mesmo fora da comunidade ou até nas escolas não indígenas da cidade, pois alguns alunos estudam e se deslocam na cidade em busca de melhoria, como no caso na Universidade do Estado do Amazonas em Tabatinga, onde existem alunos que buscam sua qualificação em diferentes cursos, pode-se perceber o uso da sua própria língua para se comunicar entre eles. Segundo Cruz (2006, p.5) “os ticuna convivem e relacionam-se com diferentes atores sociais e, apesar do intenso contato, preservam ainda hoje a língua materna e mantêm de forma dinâmica peculiares da sua cultura material e imaterial”. E assim preservam a língua através dos ensinamentos nas escolas em forma de leitura e escrita e também na oralidade, através de conto de histórias sobre a origem pelos mais velhos.

O ensino de língua materna, principalmente a língua Ticuna foi reforçado com o surgimento de vários livros escritos na própria língua, particularmente os ticuna, os professores demonstraram que o ensino na língua materna é um ponto fundamental para a formação de maneira geral ao educando. Como mostra o depoimento da professora Iracy Fernandes Araújo, indígena da etnia ticuna, quando defendeu o uso da língua e o ensinamento desta nas escolas indígenas, (BRASIL, 2002, p.11) no Centro de Formação dos Professores Indígenas do Alto Solimões.

Estamos construindo a nossa escola, a escola que nós queremos. Não é proibido caminhar dessa maneira. [...] as crianças conhecendo mais a sua cultura, as histórias, a tradição, como viveram os antigos, como estamos modificando alguns costumes, mas sem esquecer a língua Ticuna.

Esse depoimento direciona-se não só na preservação da cultura ticuna, mas também no ensino das escolas pelos professores e pelos anciãos e como se deve ensinar as crianças do jeito em que estão inseridas na comunidade na qual faz parte. Nesse sentido, a professora coloca que a escola que se quer, é aquela que respeita o modo de ser da comunidade, daquela que as integra, ou seja, a cultura e os costumes, e aquele que promova o ensino da língua. Uma escola que ensina e caminha para o conhecimento inovador sem perder a originalidade.

O maior desafio das escolas indígenas foi o reconhecimento destas escolas pelas autoridades municipais e estaduais,

O funcionamento das escolas como o uso da língua ticuna enfrentam resistência por parte do poder público em alguns municípios. A resistência ao uso da língua ticuna também é manifestada pelos professores não-índios. Isso ocorre em escolas municipais e estaduais situadas dentro de aldeias ticuna, onde atuam tanto professores indígenas como não indígenas (FARAH e BARBOZA, 2001, p.07).

Nesta situação implicou o ensino-aprendizagem dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Pois os professores não indígenas que atuam na escola não tinham condições de trabalhar com as crianças e aplicar o conteúdo da aula.

Com a promulgação das leis que regem a valorização do uso da língua materna e de língua portuguesa nas escolas indígenas, iniciou-se a nova fase de educação escolar, a luta para uma escola especificamente indígena voltada para a realidade da comunidade e reconhecida pelo governo e assume o compromisso de educar os alunos, visando os dois lados do conhecimento: o científico (Língua Portuguesa) e o cultural (língua Ticuna).

Assim, a escola como campo de aprendizagem e de conhecimento contribui para desenvolvimento intelectual dos educandos e ela influencia a formação do educando desde a infância ao resto de sua vida. Deste modo, recorre-se ao conceito de Vygotsky sobre a dimensão cultural do desenvolvimento humano, onde ele considera que: “o homem biológico transforma-se no social por meio de um processo de internalização de atividades, comportamentos e signos culturalmente desenvolvidos”. (VYGOTSKY apud KOLL DE OLIVEIRA, 1995, p. 102).

O ser humano que está sempre em busca de conhecimento, o que foi adquirido na sociedade em que está inserida ficou guardado na memória e será para a geração futura, a

aquisição de outros conhecimentos ajuda a fortalecer e ampliar o seu. Na sociedade indígena, o conhecimento milenar, ainda é preservado e continua existindo e a nova geração o continuará. Ainda que o aluno saia da comunidade à cidade em busca de uma “vida melhor”, os saberes dos seus ancestrais continuam influenciando o seu modo de viver e pensar.

O ensino da língua materna nas escolas indígenas é uma forma de como preservar a cultura e a tradição. Mas essa disciplina nas escolas ticuna, os próprios alunos não davam muito valor, até mesmo os profissionais da educação. Mas em algumas comunidades ticuna a pressão da população local é grande, exigindo a aplicação do ensino de língua materna na sua escola, e em algumas comunidades às vezes só existe um professor que trabalha como professor bilíngue, no caso da escola onde foi realizada esta pesquisa que conta com um só professor que ministra aulas em mais de cinco turmas no mesmo turno.

A afirmação de Saviani (2004, p. 108) nos diz que:

A oferta às comunidades indígenas, de programas educacionais equivalentes às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por elas vivenciadas. [...] criar dentro de um ano, a categoria oficial de “escola indígena”, para que a especificidade do modelo de “educação intercultural e bilíngue” seja assegurada.

A partir dessa visão, pode-se observar que a atual educação indígena especificamente no que diz acima “educação intercultural e bilíngue”, seja assegurado para todas as comunidades um ensino de qualidade cultural. Mas a realidade dentro das escolas são outras, até porque no passado, a língua ticuna era só usada na comunicação, menos na escrita, na produção de texto ou em outros meios de incentivarem os educandos para que a língua seja preservada.

A maioria das escolas indígenas hoje possuem seus próprios modos de ensinar os seus educandos, com o surgimento das entidades e organizações não-governamentais, as escolas ticuna iniciaram também uma nova fase de ensino. A produção de materiais didáticos linguístico-pedagógicos (cartilhas, textos de leitura, dicionários e vocabulário bilíngues) abre a possibilidade de que os professores e os alunos se dediquem mais ao estudo da sua língua materna.

Vygotsky (1995, p. 68) afirma que “não é somente através da aquisição da linguagem falada que o indivíduo adquire formas mais complexas de se relacionar com o mundo que o cerca. O aprendizado da linguagem escrita representa um novo e considerável

salto no desenvolvimento da pessoa”. Dessa forma a linguagem não seria nada se não fosse ensinada a um grupo social e estudada por ele. A escola/educador deveria ensinar o educando desde a sua infância a importância do uso da língua materna. Pois nada adianta se um indivíduo domina a língua materna e não domina a escrita dessa língua.

A educação na atualidade exige novas conquistas, a valorização cultural, o conhecimento social e a identificação étnica. É nessa base que Gadotti (2003, p. 16) nos mostra quando diz:

Hoje vale tudo para aprender. Isso além da reciclagem e da atualização de conhecimentos e muito além de assimilação de conhecimentos. A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades e aprendizagem. As consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar, saber comunicar-se; saber pesquisar e ter raciocínio lógico.

Nesse contexto o professor deve buscar com a pesquisa sustentar que a aprendizagem deve começar sempre do conhecimento para o desconhecido. Conhecimento (Língua ticuna) desconhecido (Língua Portuguesa), pois desta forma os educandos terão mais facilidades em aprender na língua ticuna e em português utilizando as duas formas de ensinar e aprender. Desta forma o aluno estaria se interessando cada vez mais a valorizar e utilizar as suas línguas como forma de comunicação, tanto dentro e fora da escola ou da sociedade.

O ensino de uma linguagem transmite que um ser humano consegue se comunicar através desta forma de comunicação, “a partir daí o ser humano entra no mundo da realidade: A criança quando aprende a língua materna, ingressa verdadeiramente no mundo humano. Daí por diante ela se afirma; suas percepções e sentimentos se clareiam. A palavra que ela fala esclarece a si e a totalidade dos entes” (BUZZI 1999, p. 236).

Mas é importante ensinar cedo, pois afinal, a educação surge primeiramente dentro da casa no convívio social, onde ela vive com a família, se fosse assim, os alunos indígenas não teriam dificuldades de aprender a sua própria língua, principalmente na escrita e na produção de texto.

1.4 A ótica da Constituição de 1988

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 constitui-se como um marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. É de grande importância o fato da Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades

indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, “intercultural e bilíngue”, o que vem sendo regulamentado através de vários textos legais. A partir daí várias leis foram criadas para incentivar o ensino da língua materna e o seu uso nas escolas indígenas do país.

A Constituição de 1988 em seu Capítulo III, do Título “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, na Seção “Da Educação”, Artigo 210 e Inciso 2º dispõe que: “O ensino fundamental regular será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. (BRASIL, 1988, art. 210).

Nesse contexto a garantia se efetiva principalmente aos níveis fundamentais de ensino, escola a cabe o ensino da língua materna desde a base primária aos restantes das séries de ensino escolar.

Outro ponto importante que rege na Constituição é aquele que cita no Artigo 231, quando diz que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, [...] competindo à União [...], proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (BRASIL, 1988, art. 231).

Cabe à União, promover e executar o cumprimento desta Lei, garantindo uma educação voltada para a realidade da comunidade indígena, buscando um novo consenso, principalmente no ensino da Língua materna.

1.4.1 Sobre a Vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96

Os princípios que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promoveu para a educação escolar indígena é aquele que consta no Artigo 78 e no Capítulo I que diz:

O sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas;

Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

São várias as garantias oferecidas às escolas indígenas do Brasil, mas o que falta realmente é a execução desta lei, oferecendo e reconhecendo a educação diferenciada às escolas indígenas. A oferta dessa educação que consta aqui não está muito garantido dentro da sociedade indígena, as escolas indígenas ainda são consideradas como “escola regular”,

mas não escola indígena, por isso muitas vezes a escola não trabalha com a educação diferenciada para os seus alunos.

Nos Planos Nacionais que consta no Artigo 79 da LDB, Inciso § 2º, Alinea I, que cita o objetivo do ensino de língua materna é “fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena”.

Assim o uso e o ensino da língua indígenas nas escolas são garantidos fundamentalmente para fortalecer as práticas educacionais indígenas, pois assim promoverão as duas línguas nas escolas para garantir uma educação diferenciada, baseada na preservação dos costumes e cultura. Mas, no entanto, essas Leis deveriam sair do papel para exercer realmente o que consta, porque as escolas e a educação indígena precisa de urgência para melhorar a qualidade de educação.

1.4.2 Sobre o dispositivo do Plano Nacional de Educação de 2014 no enfoque da Educação Indígena no Plano Nacional de Educação – Lei Nº 10.172

Este Plano Nacional de educação, sabe-se que é um espelho em acordos firmados pelo País em várias participações de fóruns e debates dando ênfase de uma educação para todos. Nele constitui o mais recente plano de lei vigente em nosso país. Essa Lei entrou em vigor no dia 09 de janeiro de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação, buscando integrar ações nos três níveis da federação, Esfera Federal, Estadual e Municipal em regime de colaboração para a melhoria do ensino brasileiro.

O Plano Nacional de Educação, é outro dispositivo fundamental para manutenção da educação indígena. Entre os seus objetivos e metas destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental. Onde estabeleceu “a criação da categoria escolar indígena para assegurar a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue e sua regularização junto ao sistema de ensino”, (BRASIL, 2001).

Nesse caso, é preciso reconhecer que a formação inicial dos alunos e professores deve acontecer dentro do contexto escolar. A metodologia que o professor utiliza para ensinar os seus educandos é aquela que ele mesmo formula baseada no contexto comunitário, assim o modelo educacional se tornará mais específico para a comunidade escolar.

1.4.3 Da especificidade da declaração de princípios da Educação Indígenas dos Estados do Amazonas, Roraima e Acre.

Essa declaração que se resume em quinze princípios garante o uso de língua materna nas escolas indígenas dos Estados da Região Norte nos Estados acima citado. Reafirmando os seguintes princípios que hoje é considerado legado mais importante para a sustentação da educação escolar indígena (BRASIL, 2002, p. 29), entre esses princípios os mais importantes são os que dizem o capítulo 1, 2 e 11:

As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias; As escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos; É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.

Ao observar a educação escolar hoje, ela constrói uma educação mais dinâmica, voltada para o seu povo a sua comunidade onde está inserida. Valorizando o uso e o ensino da língua materna em todas as escolas do Estado. Mas a educação nas escolas indígenas é um desafio grande para a comunidade, devido à falta de professores que atuam nessa área. É pequeno o número de professores que trabalham com a disciplina de língua ticuna nas escolas.

1.5 Língua e linguagem permanente desafios

Atualmente a maioria das sociedades indígenas no Brasil encontra-se em diversas situações e modalidade de bilinguismo. A língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura e a manutenção de suas tradições e a perpetuação de sua geração. E nas escolas indígenas torna-se uma ferramenta principal para o uso e construção de identidade e o processo de comunicação:

Em destaque:

A Constituição de 1988 e a nova LDB incorporam esse princípio ao garantirem aos povos indígenas o direito de utilizar suas línguas ao longo do processo educativo, oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares. O português aparece como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros – formal, coloquial, e outros. (BRASIL, 1998, 14).

Nesse aspecto, a garantia desses direitos na sua prática não é compatível muito com a realidade das escolas indígenas, pois sabe-se que em algumas comunidades o resgate da língua é uma questão que deve ser entendida como desafio, principalmente para as escolas quanto à comunidade.

O maior desafio dos alunos indígenas hoje é saber escrever, ler e produzir texto na língua materna, a escrita na língua torna-se muitas vezes um obstáculo grande para a compreensão do seu próprio universo. O uso das duas línguas ao mesmo tempo pode ser

uma “confusão” para eles, principalmente as crianças que estão em fase de alfabetização. Isso devido que “há povos indígenas que só falam sua língua materna, enquanto outros a perderam, tendo-se português seu idioma atual” (BRASIL, 2002, p. 09).

Desta maneira o ensino bilíngue, é visto com dificuldade na qual os alunos produzem um texto na própria língua, bem como na escrita das palavras e frases. A língua ticuna era só usada como linguagem oral. E poucos alunos conseguiam ler, escrever e produzir texto.

Com o passar do tempo o ensino e as metodologias mudaram, muitos alunos já tem aulas desde o primeiro ano, e todos isso são manifestados através do uso de mais uma língua.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – o RCNEI afirma que:

As tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas são na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos indígenas que são hoje monolíngues em língua portuguesa continuam usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo, assim, um quadro de bilinguismo simbólico importante. (BRASIL, 2002, 25).

Dessa forma, o uso das duas línguas foi ampliando no cotidiano escolar dos alunos, tornando-a um símbolo poderoso para sua identidade cultural. No entanto alguns grupos estão começando ainda o resgate da língua.

No outro lado, a escola é fundamental para formar cidadãos para preparar a um futuro melhor, sendo assim para formar esses cidadãos é preciso ter um compromisso sério com uma comunidade. Os professores deveriam ter uma postura para lidar com os seus educandos diante das dificuldades que surgem, e eles,

devem estar comprometidos em desenvolver o processo de ensino-aprendizagem não como únicos detentores de conhecimentos, mas como articuladores, facilitadores, intervindo, orientando, problematizando, sem desconsiderar a atitude de curiosidade dos diversos alunos para os novos conhecimentos. A escola indígena deve ser espaço de pesquisa e de produção de conhecimento e de reflexão crítica por parte de todos que participam dela (BRASIL, 2002, p. 43).

Mas não é só a escola que contribui com o desenvolvimento da educação, ela precisa de uma relação com comunidade onde todos participem da elaboração de um currículo que se baseia na realidade dos alunos.

O uso da língua é frequente entre os alunos ticuna, no entanto a escrita não é tão utilizada quanto à fala, às reclamações pela parte da comunidade é grande, “Minha filha não sabe escrever suficientemente em ticuna” (FARAH e BARBOSA, 2001, p. 08). Esse cotidiano na oralidade muitas vezes desagrada aos pais dos alunos e comunidade, pois exigem que escola assuma realmente o seu papel como formadora de educando no contexto do seu universo.

Esse equívoco se repete também nas outras escolas de outras comunidades, devido a carência de professores e também de desvalorização até pelo próprio aluno, muitas vezes são poucos os professores que dão iniciativa para produzir seus materiais didáticos. Por isso:

O ensino da língua indígena na escola e o respeito e a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos processos próprios de aprendizagem garantidos pela legislação são raros e quase sempre iniciativa de alguns professores e comunidades indígenas. Estes, em geral, não contam com estímulo ou reconhecimento dessas práticas curriculares por parte dos sistemas de ensino. Ainda que seja recente a inclusão das escolas indígenas como categoria própria no sistema nacional, esse tipo de indefinição no tratamento público da educação escolar indígena não pode mais perdurar. (BRASIL, 2002, p.13).

Diante desse contexto, a comunidade deveria se manifestar para a valorização desse patrimônio do povo, as reivindicações pela parte das lideranças não pode se cessar. Pois, o que se sabe hoje é que a realidade é diferente. Essa realidade reflete também nas escolas das demais etnias que vivem nas diferentes regiões brasileiras. O sistema educacional nacional que incluiu a educação escolar indígena como a obrigatoriedade do ensino de língua materna nas suas escolas, não manifestou muito esforço para cumpri-la.

1.6 Memórias e histórias vivas de um povo

“Todos os homens nascem com a capacidade de utilizar a linguagem, uma característica universal da espécie humana. E a linguagem serve para que os seres humanos possam fazer muitas coisas: a linguagem tem muitas funções” (BRASIL, 2002, p. 113). A linguagem não é somente um instrumento de expressão humana, mas também de identidade de cada povo.

Os conhecimentos indígenas são passados pelos mais velhos a todo o momento, pela manhã, tarde e noite, as crianças “recebem aula” sobre as plantas, quais as boas e quais são as más para o consumo próprio, os animais da terra, do ar e da água e estes ensinamentos são comentados ou transmitidos através da língua materna. Os velhos transmitem o conhecimento oralmente aos mais jovens através de histórias e conversas, e assim sucessivamente.

A importância da manutenção da língua materna é vital para fortalecimento da identidade indígena, os conhecimentos indígenas são absorvidos pelas crianças através da observação e da imaginação do exercício constante do sentido da audição interagindo com o espaço, com o ambiente. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estabeleceu,

A articulação dos sistemas de ensino para a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, de modo que lhes propiciasse a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas “identidades” étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (BRASIL 9394/96 art. 78 e 79).

Assim a recuperação dessa memória histórica e a reafirmação podem ser entendidas de que o ensino é uma forma de construir uma nova maneira de pensar e agir, a escola deve ter uma visão bem mais ampla para acompanhar e incentivar os seus alunos a terem conhecimentos não só científico, mas o que a comunidade lhe ensinou também.

De acordo com a Referência Para Formação de Professores:

O ensino da língua indígena na escola e o respeito e a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos processos próprios de aprendizagem garantidos pela legislação são raros e quase sempre iniciativa de alguns professores e comunidades indígenas. Estes, em geral, não contam com estímulo ou reconhecimento dessas práticas curriculares por parte dos sistemas de ensino. Ainda que seja recente a inclusão das escolas indígenas como categoria própria no sistema nacional, esse tipo de indefinição no tratamento público da educação escola indígena não pode mais perdurar. (BRASIL, 2002, p.13).

A Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, afirma que isso acontece muitas vezes por motivo de que a escola não possui materiais didáticos adequados para seus alunos, o que dificulta o trabalho do professor e dos educadores que atuam na escola para difundir o conhecimento do seu povo aos mais novos. Nas escolas ticuna, os materiais produzidos pela Organização dos Professores Ticuna, muitas vezes não chegam às escolas mais longínquas, impossibilitando assim o ensino da língua materna.

Portanto, as organizações escolares devem trabalhar mais em cima disso, pois assim os alunos terão mais facilidades para enfrentar os desafios de aprender a sua língua. Pois é muito importante conhecer não só a oralidade, mas também de escrever, ler e saber que é uma identidade específica de cada pessoa.

1.7 Os desafios da língua Portuguesa no contexto da educação escolar indígena

O ensino de Língua Portuguesa nas escolas indígena é muito importante para os indígenas poderem ter conhecimento e contato com o restante da sociedade em que vivem. Ela é base de conhecimentos para o outro mundo, por exemplo, em sala de aula, quando se utiliza temática diferenciada com os alunos pode-se usar um tipo de linguagem que servirá para pesquisa nos livros, revistas, gibis, internet e outras fontes.

Assim os alunos terão conhecimento sobre o assunto dado pelo professor. Desse modo o professor e o aluno utilizam praticamente as duas línguas: a materna, para a comunicação entre os alunos e o professor, e a língua portuguesa para pesquisar nos livros, escrever, ler e também para a comunicação, que às vezes há caso nas escolas indígenas, principalmente entre as crianças das séries iniciais ao ensino fundamental.

Como se ver a obrigatoriedade do uso das duas línguas consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB 9394/96 no artigo 32 § 3º, quando se trata que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa”, e as escolas indígenas a usam como sua segunda língua.

A língua portuguesa esteve e está sempre presente no currículo das escolas indígenas, porém, não frequentemente no cotidiano das crianças indígenas devido ao uso de sua língua materna, principalmente das crianças ticuna que vivem longe dos centros urbanos ou mesmo que vivem perto da cidade, como o caso de Umariacú I. Mas é uma disciplina obrigatória para qualquer escola pública do nosso país, para isso recorre-se à Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quando se trata do uso da “língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania” (BRASIL, 2001, art. 36).

Baseado nesse principio, hoje todas as escolas indígenas do país têm no currículo a língua portuguesa como a segunda língua. Ela dispõe para interpretar e compreender as bases legais que orientam a estrutura escolar no país, sobretudo aquelas que dizem respeito aos direitos dos povos indígenas. Até porque também todos “os documentos existentes no

país são escritos em português, como: as Leis, principalmente a constituição, os regulamentos, os documentos pessoais, os contratos”. (BRASIL, 2002, p. 121).

Na escola indígena a língua portuguesa conhecida como a segunda língua, é o currículo mais influente, pois está presente nos livros, bibliotecas, TV, internet, nas disciplinas e conteúdos escolares, desde os anos iniciais e se estende a todos os níveis de ensino. Atualmente o domínio da língua é o fator mais importante para a formação de um educando, pois ela o acompanha no contexto social o acesso às informações que nos rodeiam.

A construção de uma escola de qualidade depende dessa maneira de ter conhecimento sobre o povo indígena e da sua nação. Garantindo assim de forma democrática o ensino das duas línguas nas escolas indígenas a terem conhecimento cultural específico e também o conhecimento da cultura de outros povos. Desta forma os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, afirmam que:

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p.19).

A produção de poucos materiais didáticos em Ticuna faz com que os trabalhos sejam reconhecidos e respeitados pela lei que ampara, e que serve para divulgação de conhecimentos a afirmação étnica. “Esses materiais fornecem dados importantes sobre as diferentes culturas indígenas e suas tradições, permitindo que, através deles, a diversidade cultural no país torne-se mais evidente e possa ser mais respeitada”. (BRASIL, 2002, p. 121).

No entanto, esses materiais didáticos também muitas vezes não atende a necessidade dos alunos na sala de aula, pois, é pouca a quantidade que chegam à escola. Assim o professor utiliza com o seus alunos os materiais didáticos doados pelo MEC que não corresponde à realidade da sua escola e da comunidade.

Já nos materiais didáticos de Língua portuguesa e das demais disciplinas que fazem parte do currículo das escolas os professores tem liberdade de escolher com qual ele vai trabalhar durante a aula. Assim facilitando a sua aula e metodologia para com seus alunos, mas numa parte os alunos muitas vezes não acompanham a aula do professor.

Para ser professor em sala de aula nas escolas indígenas é necessário que se aprecie o básico da língua, pois se trabalhar com as disciplinas ditas “normais” na sala de aula, muitas vezes os alunos não conhecem o significado de um determinado assunto, é preciso ter interpretação do mesmo assunto na língua materna, para que compreendam as aulas e os conteúdos.

Portanto, esta é a realidade dos alunos numa escola indígena, o professor como orientador deve facilitar aos seus alunos de como trabalhar usando as duas línguas ao mesmo tempo. Assim os alunos podem adquirir os conhecimentos sobre o mundo em que vivem e sobre a cultura do seu povo e da comunidade em que estão inseridas.

1.8 Educação específica e diferenciada, qual o seu verdadeiro valor

Quando se fala sobre a Educação Escolar Diferenciada, pensa-se que a escola indígena trabalha só com o “uso dos materiais didáticos locais com os alunos em sala de aula”. Muitas vezes o professor desconhece como seria uma educação escolar diferenciada e o que ela traz para o benefício aos alunos e também para a comunidade em geral.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, diz que:

Não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados através do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. Mais do que isto, é imprescindível que a elaboração dos currículos entendidos como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última (BRASIL, 1998, p.33)

Desta forma pode-se que a educação escolar diferenciada não é só aquele que utiliza materiais didáticos locais para trabalhar com alunos, mas é conhecer que existe cultura estampada no rosto de cada aluno em sala de aula. A escola deve trabalhar com seus alunos sobre as suas origens, a preservação da cultura deixada pelos anciãos.

Os professores indígenas no contexto da educação escolar devem saber que a educação diferenciada é de grande importância para a formação de seus educandos. Baseada na concepção de que a educação e a cultura nunca se separam, e todos trabalham e lutam em prol da comunidade escolar. Nessa perspectiva, a Revista Nacional de Educação, afirmou que:

A família e a comunidade (ou povo) são os responsáveis pela educação dos seus filhos. É, na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador, um bom marido, uma boa esposa, um bom filho, um membro solidário e hospitaleiro da comunidade. Aprende-se a fazer roça, a plantar, fazer farinha, a

fazer cestarias, a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais. Apreende-se a geografia das matas, dos rios, das serras, a matemática e a geometria para fazer canoas, remos, roças, cacuri, etc. não existe sistema de reprovação ou seleção: os conhecimentos específicos (como os dos pajés) estão a serviço e ao alcance de todos, (...) todos são professores e alunos ao mesmo tempo. A escola não é o único lugar de aprendizado. Ela é uma maneira de organizar alguns tipos de conhecimento para ensinar às pessoas que precisam. (BRASIL, 2002, p. 6).

Desta forma podemos constatar que a escola e a comunidade trabalham em parceria, o saber que um aluno indígena adquiriu servirá como base de conhecimento dentro da sala de aula. Vai conhecer que o ensino não é só baseado nos livros ou pesquisa. Mas também nos saberes tradicionais dos mais velhos da comunidade, através de contos de histórias antigas dos antepassados, sobre as origens do povo, de como fazer roças, pescar e caçar. Esses conhecimentos são cobrados dentro da sala de aula pelos professores indígenas e não-indígenas.

Os professores por sua vez pesquisam e coletam os dados produzidos pelos alunos e que servirá para sua formação. Portanto, todos trabalham em grupo, os professores ao mesmo tempo são alunos e vice-versa.

Mas para muitos professores a realidade é diferente principalmente aos que são não indígenas e que atuam nas escolas indígenas, devido à comunicação que os alunos têm dentro e fora da sala de aula. “É muito difícil para os professores não índios, porque não conseguem comunicar suficientemente o conteúdo” (FARAH e BARBOZA 2001, p. 07).

A Organização Geral dos Professores Bilíngues – OGPTB, é o maior órgão responsável para a formação dos professores na questão de ensino diferenciada. Localizada na aldeia de Filadélfia no Município de Benjamin Constant, a organização visa promover um ensino diferenciado para todas as escolas indígenas da Região do Alto Solimões. “A Organização é uma entidade indígena, criada em 1986 por iniciativa de professores ticuna, como um meio de se articularem e se fortalecerem como movimento organizado para tratar da educação escolar indígena diferenciada nas comunidades ticuna” (FARAH e BARBOZA, 2001, p.06). As experiências adquiridas lá e que foram aplicadas nas escolas das comunidades tornaram-se mais dinâmicas e proveitosas para os alunos.

No entanto, o maior desafio dos professores em sala de aula é a desvalorização do ensino diferenciado pelos próprios alunos, devido a poucos recursos disponíveis nas escolas, os professores “mesclam” as suas aulas atendendo a necessidade dos educandos. Buscando uma nova solução para os problemas que surgem no cotidiano da escola e da comunidade, Por isso é fundamental a participação de toda a comunidade, para discutir

juntos a questão de ensino em sala de aula, efetivando assim um ensino escolar diferenciado. Conforme explicita bem o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas:

É fundamental que o professor considere sua comunidade educativa de origem. É como parte dessa comunidade que deve contribuir na busca de novas respostas e soluções para os problemas que ela enfrenta: colocando a escrita a serviço de uma nova expressão, buscando inspiração no patrimônio intelectual de seu povo, adicionando novos saberes aos conhecimentos ancestrais. Assim, toda nova aquisição de conhecimentos deverá fortalecer a comunidade e contribuir para as soluções dos problemas comuns. (BRASIL, 1998, p. 43)

Assim o professor não pode separar dos sujeitos importantes requisitos para a formação de uma educação diferenciada: a escola, o aluno e a comunidade. Preparar os alunos para se tornarem cidadãos não é só o papel da escola, mas de todos os agentes que envolvem e que venham exercer o papel de cidadania.

Para ser professor indígena não é simplesmente “dar aula” passando o dia inteiro em sala, é preciso observar transformá-la e refletir sobre as funções exercidas para e com a comunidade. Afinal, a educação diferenciada é o direito de todos que envolvem, observar o trabalho da gestão na escola, dos professores e do apoio pedagógico e enfim,

Está nas mãos de cada comunidade a possibilidade de fazer de suas escolas um lugar onde a cultura e a organização social e políticas próprias deem as regras para a escola. As comunidades indígenas tem o direito de elaborar os calendários, os currículos, e tudo o que diz respeito à vida da escola, como assegurado na Resolução 03/99. (BRASIL, 2002, p. 10).

É preciso pensar e repensar sobre as mudanças que as escolas estão passando também. A possibilidade de elaboração de um sistema educacional para a escola é uma forma de como pode ser mostrada a educação diferenciada e de qualidade que atenda a realidade escolar local. Cabe ao professor e aos que atua na escola executar o plano desenvolvido coletivamente.

Mas acontece que muitas vezes as autoridades municipais ou estaduais não deram muita atenção ao que foi discutido pela escola e pela comunidade. No caso do calendário escolar indígena, que não foi muito valorizado pela secretaria municipal ou estadual, os calendários foram elaborados sem ter conhecimentos das escolas indígenas. Diante dessa situação as escolas ficam só dependendo das instituições mantenedoras para discutir a finalidade do ensino. Por isso a escola deve ser um instrumento de valorização e fortalecimento das próprias culturas dentro da comunidade.

A formação do professor é importante para o entendimento de uma educação escolar diferenciada, pois assim, abre-se um leque de conhecimento mais amplo e visão diferente sobre a sua comunidade, e desenvolver competências e habilidades para lidar com o meio em que está inserido. A Organização dos Professores Ticunas Bilíngues – OGPTB, nos mostra que:

A formação de professores indígenas para a educação básica tem como foco o desenvolvimento de competências que abrangem as diversas dimensões da atuação profissional desse professor, quais sejam: a docência, produção de material didático, a organização de projetos político-pedagógicos, direção e supervisão escolar. Os valores que orientam essa formação baseiam-se no compromisso ético de respeito à dignidade humana, à diversidade cultural, à solidariedade e de responsabilidade para com o educando, sua família e demais segmentos da comunidade. O professor indígena, pela inserção na cultura de seu povo, tem um papel importante no entendimento da atual função social da escola nas aldeias e na promoção de uma educação que considere o contexto econômico, social e cultural (BRASIL, 2005, p.41).

Nesse sentido, ressalta-se que o professor deve conhecer ou reconhecer a sua responsabilidade dentro do contexto educacional indígena, pois a educação diferenciada é baseada no compromisso de cada educador, educando, gestor e comunidade. Expressa-se o conhecimento obtido no cotidiano dos alunos (na convivência familiar) e na sala de aula. Mediante isso, o professor é um espelho para a comunidade na inovação de novos conhecimentos e na função social da escola, ou seja, saber que a função da escola não é só ensinar os alunos a terem conhecimentos de outra cultura. Mas também saber conhecer que tem função de trabalhar com interdisciplinaridade.

O ensino nas escolas indígenas deveria fazer valer os seus direitos, tanto pelos governantes, e como também pela escola. Pois assim, facilitará o acesso à uma educação diferenciada e de qualidade, considerando o interesse de toda a comunidade escolar quanto comunidade em geral. Quanto mais cedo ensinar os alunos para aprender a falar e escrever na sua língua materna, melhor será sua formação pessoal no futuro.

Quando ingressa na escola a criança já tem noção de o que os professores transmitem para elas, e assim a escola complementa a sua aprendizagem. Como afirma nas palavras de um professor indígena do Mato Grosso, Paulinho Rikbaktsa: “a primeira educação é na família e com outros parentes. A segunda é da escrita, do aprendizado da escola para complementar.” (BRASIL, 1997, p. 18).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, é um instrumento de grande importância para o professor indígena, que vem sendo elaborado com a colaboração de várias instituições governamentais e não-governamentais. Esse

material é de fundamental importância para que o educador indígena oriente suas atividades pedagógicas. Esse livro traz propostas dos componentes curriculares das escolas indígenas, com conteúdos exploratórios e interdisciplinares.

Cabe ao professor inovar e enriquecer suas aulas para que os seus alunos tenham máximo aproveitamento dos conteúdos. Dessa forma, terão mais facilidades de trabalhar e utilizar metodologia e materiais específicos com e para os seus alunos. Afinal, “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou à sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21). O professor deve estar sempre em busca de algo interessante para com os seus alunos, criando assim, por um lado a possibilidade de novos conhecimentos para si mesmo quanto para os alunos e comunidade.

Portanto, considera-se que a educação diferenciada nas escolas indígenas não deve caminhar sozinha, a valorização dos profissionais de educação deve ser considerada como ponto principal de organização escolar mais adequado. Assim pode-se ter uma escola de qualidade que não cansa de divulgar o conhecimento cultural de cada povo. Desta forma a escola será o parceiro mais importante para a formação dos seus educando dentro da comunidade.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa optou-se pelo estudo de caso, com abordagem qualitativa. Delimitando-se como objeto de estudo os desafios da educação escolar indígena dos alunos da Escola Municipal Indígena Frei Fidelis na comunidade de Palmares, no município de Tabatinga-Am. Diante disso propor-se refletir sobre esse contexto educativo no direcionamento dos processos de aprendizagem dos alunos indígenas.

Nesse contexto com o intento de descobrir, investigar e conhecer essa realidade, possibilitando estimular o pesquisador a traçar alternativas e ter noção de como foi feita a pesquisa e os seus objetivos no campo de seu estudo. Com base nisso, a metodologia é de fundamental importância para alcançar e direcionar melhor o trabalho, dando uma visão ampla sobre a pesquisa e os sujeitos.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado através do estudo de caso e campo, onde os sujeitos da pesquisa foram os professores e alunos da Escola Municipal Indígena Frei Fidelis. Para melhor compreensão sobre estudo de caso Ludke (1996, p.19) aborda que: “Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando como um todo”.

A pesquisa tem caráter qualitativo, dessa forma utilizou-se as contribuições da pesquisa bibliográfica, que serviu como embasamento para as análises e reflexões.

Serrano (1994, p. 46), nos afirma que a pesquisa qualitativa:

É um processo ativo, sistemático e rigoroso de investigação dirigida, no qual se tornam decisões sobre o que está sendo pesquisado, quando se vai a campo na busca de coletas de dados e respectivas análises de um objetivo de estudo. Além disso, incorpora informações dadas pelos participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexos, tal como são expressos por eles.

No decorrer da pesquisa, o investigador deve buscar de uma forma lógica o que se pretende para realização da pesquisa. Assim ele deve analisar e utilizar os instrumentos certos para que depois possa desenvolver uma análise crítica sobre o tema da pesquisa em busca de resultado final, desta forma o pesquisado exprime suas ideias de forma coerente e precisa no contexto dos estudos.

Para Silva (2001, p.20), a pesquisa qualitativa tem um caráter real com o pesquisado, ela se direciona mais com os sujeitos e com suas opiniões.

Ele afirma que:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A abordagem qualitativa dentro da pesquisa deve buscar a realidade essencial da pesquisa, por isso o pesquisador busca compreender a raiz do problema, a profundidade do estudo, que depois de ser descoberta, será levada à conclusão. Mas, não é só o ambiente escolar se torna o lugar de pesquisa, a comunidade também está no foco desta. O pesquisador deve estar atento às observações feitas no âmbito escolar, onde obterá dados necessários no campo dos estudos.

Focou-se através do procedimento indutivo que é fundamental, pois o pesquisador não pode generalizar, partindo apenas do sujeito de pesquisa no caso os alunos, pois pode-se fazer análises dos problemas educacionais, relacionados a temática.

Para coleta de dados foram utilizadas algumas técnicas de pesquisas, tais como observação, questionários e entrevistas. Na pesquisa foi feita também a observação dos alunos e da escola, para identificar as relações e interesses dos alunos com o ensino sala de aula, bem como na escrita e na comunicação. Para isso foi preciso o método de observação.

Segundo Triviños (1992, p. 153):

Observar, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objeto, pessoas, animais etc.) algo especificamente prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho, etc.). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se, essencialmente para descobrir seus aspectos aparências e mais profundo até captar, se for possível, sua essência numa perspectivas específicas e ampla ao mesmo tempo, de contradições, dinamismo de relações.

Com este estudo o observador participa indiretamente da vida cotidiana ou formal do sujeito, mas para obter prova a respeito de objetos sobre o que o sujeito não tem consciência. E também faz o investigador a ter contato mais direto com a realidade e a interação com os sujeitos pesquisados.

De acordo com Figueiredo (2008, p. 113-114):

Trata-se de uma técnica não estruturada, na qual o pesquisador participa do funcionamento do grupo ou instituição investigada. O pesquisador mantém um elevado grau de contato e envolvimento com os sujeitos da pesquisa, penetrando em um grupo ou ambiente social e compartilhando suas experiências.

Assim o pesquisador poderá ter uma resposta no qual poderá obter a conclusão necessária para obtenção de respostas e a descrição dos fatos. E o pesquisador intervém direto com o objeto, deixando-a mais livre para expor suas atitudes e comportamentos.

Foi também utilizada à técnica de pesquisa através de questionário para a obtenção de dados. O questionário aberto foi para obter informações para o estudo de caso, onde constataram perguntas que foram respondidas objetivamente. Ressaltando, o questionário do tipo aberto, contendo 05 questões, com a finalidade de adentrar no foco da pesquisa e mostrar ao leitor as opiniões dos sujeitos pesquisados, e que foram respondidas conforme o entendimento de cada um.

Figueiredo (2008, p. 116) diz que os questionários abertos “são as questões elaboradas para que os sujeitos do estudo respondam livremente sobre o que pensam a respeito do assunto, conforme seu entendimento, sua interpretação sobre o que foi perguntado”. Nesse sentido, os sujeitos puderam ter mais liberdades para expressar suas ideias e opiniões, e que depois foram analisadas pelo pesquisador para obter o resultado.

Outro procedimento adotado foi a entrevista, onde, o entrevistador faz abertamente como se fosse uma conversa informal, e é através dessa entrevista que pode-se analisar com atenção as respostas orais dos entrevistados, pode-se observar a expressão facial onde pode-se notar se o que o entrevistador fala, interessa-o. Método empregado com o objetivo de buscar mais informações e resultados do assunto em questão.

Para Severino (2007, p. 125):

Colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimento suas representações.

Diante da pesquisa ou estudo, o entrevistado tem mais liberdade de expressar e expor sua ideia, diante do pesquisador e construir o seu pensamento através de ideias relacionadas ao que pensa sobre o determinado assunto. Assim, o pesquisador fique mais atento e faz uma relação de ideias e registrar informações relevantes ao tema da pesquisa.

Os dados foram analisados com a proposta de Minayo (1994, p.77) que menciona ao fenomenológico: “[...] Neste método a fala dos autores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto partida, o interior da fala. E, o ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala”.

Mencionada a citação, a pesquisa não é um ponto de chegada para a construção do conhecimento, através das pesquisas que pode-se obter mais informações, referem-se também as relações entre ciência e relação das experiências das realidades, ou seja, a pesquisa será de aproximação de uma dada realizada e não algo concreto. Através desses recursos faz-se necessário também estabelecer a delimitação dessa problemática, através de observações prévias do campo de pesquisa. Pois primeiramente percebe-se o relacionamento homem e comunicação, a interação dos alunos, e de como esses problemas interferem no seu desenvolvimento na dimensão linguística, pessoal e cognitiva.

Finalmente, foi feito uma análise dos dados encontrados para responder a problemática de estudo, para depois sugerir uma proposta de ação que contribua com a questão em estudo.

CAPÍTULO III

ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo aborda-se os resultados e as discussões alcançadas por meio das técnicas que foram aplicadas aos sujeitos envolvidos na pesquisa referente ao tema: Os desafios da educação escolar indígena dos alunos da Escola Municipal Indígena Frei Fidelis na comunidade de Palmares, de Tabatinga-Am.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Indígena Frei Fidelis situada na comunidade indígena de Palmares, localizada na zona rural do município de Tabatinga. Com as turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, da faixa etária entre 11 a 16 anos de idade, totalizando trinta e cinco (35) alunos. Também foi realizada entrevista com professores.

Esta temática fundamentou-se a partir das leituras sobre a educação escolar indígena e a realidade da comunidade que foi observado no decorrer da pesquisa. Foi a partir disso que o assunto sobre o ensino e aprendizagem por meio dos desafios do no contexto da educação escolar indígena criou interesse e preocupação pela dimensão e importância pedagógica.

A realidade socioeconômica dos alunos é de baixa renda, as famílias vivem da atividade agrícola e pesqueira, assistida por uma política compensatória do governo federal, a bolsa família é o principal para manter os filhos na escola e outras atividades assistencialistas.

O contato com as turma deu-se de forma satisfatória, a conversa com o gestor da escola, apoio pedagógico e os professores foram acolhedores.

Quanto à observação

Pela ótica da observação, presenciou-se que na rotina diária da aula ainda trabalhava-se com o método tradicional, o método da conversa informal, aplicação de conteúdo no quadro e os alunos transcrevem para o caderno. Viu-se o esforço dos professores pela interação com seus alunos. O professor é um elo incentivador para com seus alunos para que a aula ser torne mais agradável e produtiva. Na escola trabalham professores não indígenas, oriundos do município-sede que se deslocam para trabalhar nas escolas rurais, a maioria são recém formados de diversas áreas de licenciatura ofertadas pela Universidade do Estado do Amazonas.

Também observou-se o perfil do professor indígena mesmo com a formação na “Escola do branco”, o Projeto Político Pedagógico formulado pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue, adverte:

Um professor que tenha ideia da educação específica e diferenciada. Que dê o valor ao conhecimento do nosso saber tradicional. Que seja idealista. Que seja inteligente e animado; que tome atitudes responsáveis como educador. Que seja criativo e motive os alunos. Que goste de alunos. Que seja um orientador [...] Queremos um professor de qualidade, de caráter, de respeito que assuma a sua responsabilidade em relação ao trabalho que vem desenvolver entre nós. (BRASIL, 2005, p. 66).

Na contextualização, o perfil do professor implica nos conhecimentos ou saberes tradicionais e da convivência de seu povo. É o educador comprometido com que faz, porém, o professor pode fazer a diferença, mas precisa estar em contato, integrado com toda a comunidade escolar. Daí a contribuição para o ensino e aprendizado dos alunos e também para que se sinta valorizado para exercer a sua brilhante profissão.

Apreciou-se também que muitos dos conteúdos trabalhados na escola não contribuem significativamente para ao crescimento dos alunos. Pois, o desafio é maior quando se trata do aprendizado nos 02(dois) idiomas o Português e Ticuna a língua materna. O professor se esforça para trabalhar os dois lados sempre buscando uma compreensão pelos alunos sobre o que esta ensinando e aprendendo. E os professores não indígenas esbarram na questão da língua por não ser falante.

Nesse contexto, é bom que os professores ensinem o português e principalmente a língua materna que é de direito a escola ensinar seus alunos a manter a tradição da língua materna. Consoante a isso, a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96 é bastante enfática em se Art. 32 e § 3º adverte que: “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada as comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Houve muitas mudanças e ainda está acontecendo, mas em passos muito lentos e precisa ser intensificada cada vez mais na garantia dos direitos das escolas, alunos e comunidade. Para constatar o que esteve-se em busca de esclarecimentos sobre a o campo de estudo, obteve-se a satisfação e o privilégio de ter uma entrevista com o gestor da escola. E perguntou-se: a língua materna era seguida pela escola e seus processos de ensino e aprendizagem dos alunos? E é surpreendente na fala do gestor que quando nos relata que a escola enfrenta esta situação, não entende porque a língua materna não está incluído no currículo da escola, mas o esforço dos professores é constante para que os alunos aprendam algo, não somente na outra língua, mas os conteúdos que vai servir para suas futuras profissões.

Através do depoimento do gestor, pode-se perceber mesmo que a escola tenha sua característica de um ensino específico e diferenciado, na prática é diferente. São desafios maiores que a escola e os alunos estão passando, e isso refletirá na formação dos alunos e possivelmente da comunidade. Haverá a necessidade de levar a sério e posto em prática o ensino da língua materna ou contribuirá para o “desaparecimento” da língua, da cultura e identidade do povo, como ocorreu ou ocorre em outros povos indígenas no Brasil.

Teixeira (1995, p. 69) alerta:

Quando elas deixam de ser faladas pelas crianças como a primeira língua é um pouco como os animais e as plantas que perdem sua capacidade de reprodução. Para evitar esse processo de empobrecimento (científico, biológico, cultural e social), é preciso uma política educacional que efetivamente reconheça a diversidade em todos os campos, não como um problema, mas como um enriquecimento. É preciso uma política educacional que reconheça que é no conjunto das diferenças que encontramos nossa própria identidade.

É preciso ter um olhar diferenciado como garantia dos direitos já manifestado na legislação, pelas autoridades, professores e comunidade para a melhoria da educação e garantia de novas gerações sem perder o que é de mais digno a sua vida e sua língua.

Observou-se que alguns funcionários e alunos falam a língua materna (Ticuna) para se comunicar, outros a língua portuguesa. Pode-se dizer que a educação é um desafio e uma questão que deve ser assegurada. Todos os elementos observados foram de grande relevância para fomentar melhores debates, discussões, reuniões, sabe-se que, exige reflexões diante dos desafios que possibilitem novos estudos.

Do questionário

Neste tópico importante se ver as riquezas de detalhes através da aplicação do questionário aos professores e alunos da escola. Para os sujeitos envolvidos na pesquisa, foram utilizadas letras para se manter a identidade dos participantes garantindo seu sigilo.

Todas as questões utilizadas foram perguntas subjetivas, os quais destacam com maior clareza quem escreve e ler.

Fizeram parte da nossa pesquisa 05 (cinco) professores.

Questão 1 e 2.

Tabela 1. Identificação do professor.

Nome	Etnia	Formação	Tempo de serviço
P1	Ticuna	Pedagogia	03 anos
P2	Ticuna	Letras	02 anos
P3	Ticuna	Pedagogia	08 anos
P4	Ticuna	Ciências Biológicas	04 anos
P5	Ticuna	Pedagogia	06 anos

Fonte: TAUANA, Sandra, 2019.

Pode-se observar que os professores são todos da etnia ticuna, possuem curso superior, já tem experiência em sala de aula. Isso favorece, pois, com certeza durante a graduação aprenderam a respeito de suas particularidades. É por isso, que os professores precisam fazer a diferença em sua escola, no ensino e na aprendizagem de seus alunos.

Questão 3. Como você conceitua a educação escolar indígena?

Professor P1: “é uma educação diferenciada por ter cultura e língua própria”

Professor P2: “A educação escolar indígena é igual a outros tipos de educação, só que a diferença pela sua educação específica a preservação dos costumes do povo”

Professor P3: “respeito a educação do povo com reconhecimento de que o Brasil é uma nação constituída por diversos povos de diferentes etnias”

Professor P4: “São saberes do povo manifestado através de seus conhecimentos”.

Professor P5: “é uma educação ensinada pela sabedoria do seu próprio povo”.

Em relação as respostas dos professores é evidente que eles sabem conceituar a educação escolar indígena, isso significa dizer que, os professores indígenas devem saber o valor e o poder dos saberes tradicionais para que eles lutem pelos seus direitos a uma educação baseadas em seus próprios costumes, tradições e línguas sempre em defesa de sua autonomia. E que venha manifestar e refletir no meio do povo para que haja um compromisso de preservação de geração em geração dos povos, sustentada em bases cultural e social.

Questão 4. Como o senhor entende a educação indígena específica e diferenciada na escola para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem dos alunos?

Professor P1: “Podemos entender por dois exemplos. A educação específica é aquela que vem de casa, onde a criança aprende as coisas do dia a dia e a educação diferenciada se refere a educação escolar”.

Professor P2: “A educação do povo indígena sempre aprendemos na faculdade que a educação específica ou diferenciada, seria quando a própria escola tivesse autonomia, decisão nas escolas dos docentes, na construção de prédio de escola e outros”.

Professor P3: “É o que é ensinado a cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena”.

Professor P4: “é um forma de garantir nossos saberes ensinado aos nossos alunos preservando as tradições para as futuras gerações”.

Professor P5: “manter o ensino e aprendizagem para garantir os saberes do nosso povo”.

Nesse contexto a escola específica e diferenciada em sua dimensão os professores relatam sobre uma educação que permita ver os valores e a riqueza da cultura, e recorrem a questão das tradições e dos saberes na educação escolar indígena. Se realmente for entendida e for dada essa devida importância dessa educação para as escola indígena será mais valorativo o seu fazer pedagógico permitindo e satisfazendo o processo de aprendizado dos alunos.

Através desse processo facilita o ensino e o aprendizado dos alunos indígenas dentro e fora da escola. No contexto da escola, isso faz com que resguarda a realidade dos alunos. De certa forma falar a língua materna ajuda em sua permanência, porém estudar ela clarifica melhor na sua formação. Neste sentido os alunos utilizam de forma oral e comunicativa. Os alunos brincam, cantam e os conteúdos são explicados, explorados tanto na língua portuguesa quanto na língua materna. Porém, o grande desafio, é que a língua materna na escola deve ser incluída como disciplina no currículo escolar.

Questão 5. Os direitos a educação escolar indígena estão sendo respeitados?

Professor P1: “Não”. Falta muita coisa na escola.

Professor P2: “Acho que não”.

Professor P3: “Já teve muitos avanços, só que, muitas vezes as autoridades não respeitam, desobedecem as leis que dar direito a uma educação de qualidade”.

Professor P4: “Não funciona”.

Professor P5: “O direito por uma educação boa”.

É muito importante que os direitos sejam respeitados, porém na maioria são desrespeitados e as leis estão muito bem claras, detalhadas no papel, colocar em prática é totalmente diferente. Nisto requer uma vontade de fazer e cumprir as leis que são deliberadas como direito constituído e adquirido pelas escolas indígenas. Quando os direitos são negados contribui para a perda dos costumes e tradições.

Salienta-se, pois a língua de um povo é a sua identidade. E quando se trata de ensino, a questão da educação escolar indígena, não é apenas manter a cultura ou do

conhecimento da oralidade, mas ter domínio da escrita e da leitura. Incluir a disciplina da língua materna no currículo da escola é manter e garantir os direitos indígenas.

Como destaca o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, (1998, p. 118): “A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira”.

Questão 6. Quais os desafios recorrentes que encontra na escola e em sala de aula?

Professor P1: “Os desafios são vários, mas o que se destaca é a educação na língua portuguesa na fala e escrita”.

Professor P2: “a sala de aula não é adequada para que o professor sinta confortável, ou é super lotação da sala de aula, falta de materiais didáticos para suas realidade leitura e escrita.”

Professor P3: “O domínio da língua portuguesa e da língua materna na sua escrita e fala, muitos falam a língua, mas não sabe escrever”.

Professor P4: ”muitos alunos que não quer aprender”.

Professor P5: Falta de apoio de materiais para trabalhar, trabalhamos com poucos e não dá para fazer as atividades da escola”.

O que foi constatado que os desafios enfrentados pelos professores são inúmeros. Ainda falta muitas coisas a ser direcionada para a escola. A leitura e a escrita na escola também são grandes dos desafios. Na leitura pela complexidade das palavras e ao mesmo tempo a sua pronúncia que muitas vezes confunde o aluno. Na escrita é devido o emprego dos sinais de pontuação e acentos nas palavras e a forma de escrita na norma padrão.

Questão 7. Que materiais didáticos-pedagógicos utiliza em sala de aula?

Professor P1: “ livros e jogos, os livros são muito na língua materna”.

Professor P2: “somente os livros didáticos enviados pela SEMED e outros confeccionado como apostila ou comprado”.

Professor P3: “O material didático. Fazer que os alunos experimentem novas formas de aprender diferentes técnicas, materiais, recursos, soluções, composição, percepção, imaginação, reflexão entre outros”.

Nas respostas dos professores, vê se a escassez de materiais didáticos para auxiliar nas atividades pedagógicas para que as aulas se tornem mais atrativas e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos torne-se mais satisfatórias, em relação aquilo que se aprende e o que se ensina. É importante dizer que sem materiais não se consegue fazer quase nada.

Especificamente na língua materna (Ticuna) não existe material que possa utilizar como recursos didáticos no acompanhamento das atividades.

Já os materiais de língua portuguesa já são mais acessíveis, fornecido pela Secretaria de Educação do município, embora não sejam suficientes para auxiliar nas atividades ou como complemento para uma boa leitura do professor e principalmente do aluno.

Questão 8. Em que idioma trabalha com seus alunos?

Professor P1: “Em português e língua materna (Ticuna)”.

Professor P2: “Somente na língua portuguesa, só na explicação um pouco na língua porque na escrita o idioma Ticuna é difícil para escrever”.

Professor P3: “Principalmente na língua materna e a segunda a língua portuguesa, e em cada disciplina tem que utilizar o próprio idioma e tem que traduzir em português”.

De acordo com a fala dos professores passam por desafios no processo de educação escolar indígena, trabalhar os dois idiomas não é fácil. Mesmo porque os professores não tem formação específicas no idioma, são falantes, porém não conseguem escrever corretamente o idioma e de fato precisam de uma formação gramatical na língua materna. Isso pode dificultar a compreensão de forma literária para ambos. Ao manifestar toda essa preocupação em trabalhar os dois idiomas revela que é significativo a trabalhar o bilinguismo na escola indígena.

Questão 9. De que maneira trabalha as atividades de rotina em sala de aula?

Professor P1: “Conversando sobre o conteúdo”.

Professor P2: “somente quadro, leitura, exercício, cantigas e desenhos”.

Professor P3: “diversas jogos, desenhos, cantar e outras. Em cada matéria que os alunos estudam, eles tem suas diferenças no modo de pensar”.

Os professores tentam variar suas atividades para atrair mais a atenção de seus alunos, em formas de dinâmicas, jogos, brincadeiras, entre outras atividades. Não se prendem nos livros didáticos que já é escasso, a melhor maneira é ser criativo neste momento, trabalhar com metodologias diversificadas de forma interdisciplinar.

Com isso contribui bastante no ensino e aprendizagem dos alunos e torna-se o trabalho do professor mais produtivo. Desta maneira, a rotina em sala de aula não fica tanto cansativa como geralmente acontece.

Questão 10. Qual é o principal papel da escola nessa formação dos alunos?

Professor P1: “É importante que ela prepara os alunos outras coisas de sua realidade”.

Professor P2: “Melhorar a vida do aluno na aprendizagem dele”.

Professor P3: “O papel da escola na formação dos alunos é fundamental, pois prepara os alunos para a vida, porque na escola não se ensina somente os conteúdos, ensina outras coisas também que aquele aluno que realmente quer aprender ele vai se preparar e será uma pessoa e um profissional de sucesso”.

Os docentes sabem que o papel da escola não é apenas transmitir conhecimento, mas preparar para a vida. Ou seja, o papel da escola permite a socialização do conhecimento e tem todo o dever de atuar na formação moral dos alunos, é uma força conjuntural que promove o desenvolvimento do indivíduo como cidadão.

O que dizem os alunos

Com a intenção de tornar a pesquisa mais precisa, a outra contribuição foi por parte dos alunos que permitiram colaborar com o nosso campo de reflexão. A identidade dos alunos são sigilosos, criamos nomes fictícios para manter o sigilo da identidade.

E assim, a pesquisa surgiu em forma de perguntas. Foram atribuídas 07(sete) perguntas aos alunos. Das quais iremos discorrer a seguir.

Identificação

Tabela2. Identificação dos alunos.

Nome	Série	Idade	Etnia
A1	6º ano	13 anos	Ticuna
B2	6º ano	12 anos	Ticuna
C3	7º ano	14 anos	Ticuna
D4	7º ano	14 anos	Ticuna
E5	7º ano	14 anos	Ticuna
F6	8º ano	15 anos	Ticuna
G7	8º ano	15 anos	Ticuna
H8	9º ano	15 anos	Ticuna
I9	9º ano	16 anos	Ticuna
J10	9º ano	16 anos	Ticuna

Fonte: TAUANA, Sandra, 2019.

Na tabela anterior apresenta-se a identificação dos alunos que fizeram parte da pesquisa, como distribuição para melhor compreensão dos dados. Todos os alunos renomados com nomes em letras do alfabeto para manter o sigilo dos mesmos. Os alunos foram selecionados por turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. Todos já são

adolescentes, da etnia Ticuna. Os alunos são de famílias de classe baixa, apenas recebem benefícios do Governo Federal para se manter na escola.

Questão 2. Você gosta de estudar?

Gráfico 1- O gosto pelos estudos.



Fonte: TAUANA, Sandra -2019

O gráfico apresenta o gosto pelos alunos sobre seus estudos, pois os mesmos sabem o valor de um estudo, aliás de uma boa educação, provavelmente os pais já incentivam os filhos irem a escola, para ter uma vida melhor. Desde cedo já tem esse apreço pelos estudos, a escolarização para os indígenas não é diferente, apenas busca cada vez mais a valorização de seus costumes, tradições e língua para que estes se mantenham firme e fortes em respeito a sua autonomia.

Desta forma, os alunos tendo consciência do valor de seus estudos não perdem de vista um futuro promissor, não desmerecendo a falta escolaridade de seus pais que não tiveram as mesmas condições e oportunidades. Mas, estar certo que estudando podem garantir seus bom emprego e melhor condições de vida.

A educação é primordial e dar condições de dignidade as pessoas que dela sabem olhar com prosperidade.

Questão 2. Desenvolve a habilidade da leitura?

Gráfico 2: Se o aluno sabe ler.

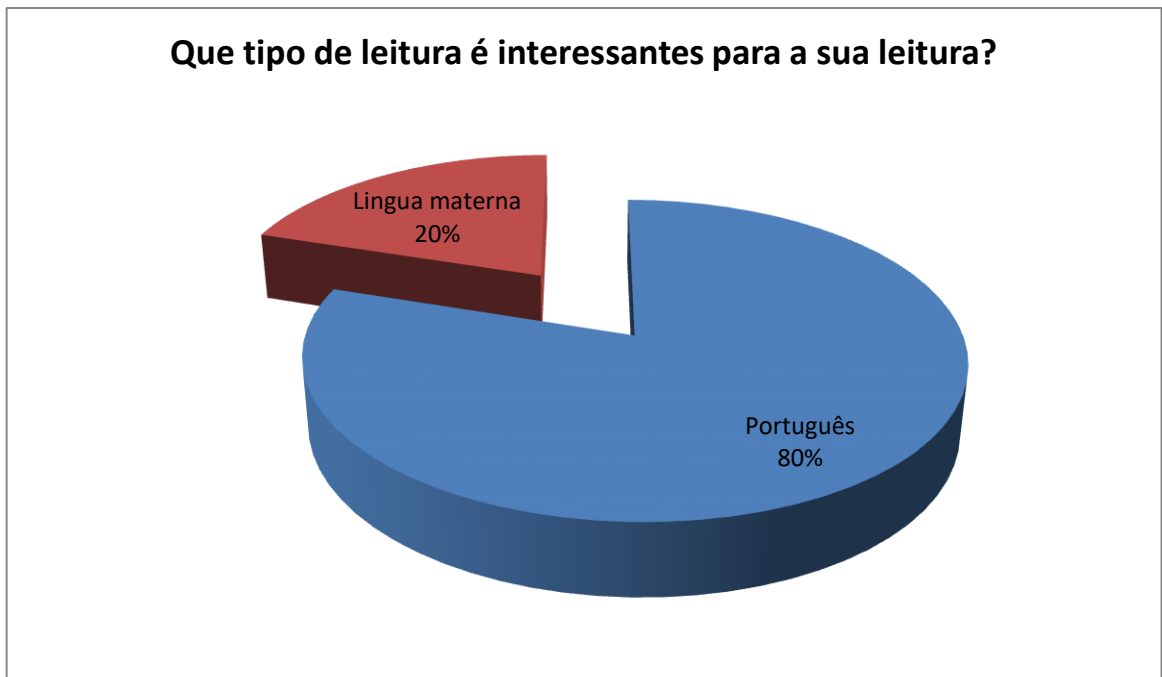


Fonte: TAUANA, Sandra-2019.

O gráfico acima apresenta que 60% dos alunos sabem ler, equivale em número cardinal o quantitativo de 06 alunos. Os 20% dos alunos dizem que leem um pouco que equivale a 02 alunos. Dos 10% em proporção 2 dizem que sabem ler mais ou menos ou devagar equivalente a 1 por 1 desses alunos.

Pela leitura dos dados é comum na escola indígena e não indígena isso é recorrente dos desafios enfrentados por vários fatores. Porém, é preciso incentivar e criar mecanismos cada vez mais para elevar o maior número de leitores capazes não apenas analfabetos funcionais, mas, a satisfação da compreensão e a interpretação daquilo que se está lendo.

Portanto, o educador tem uma função principal que faz uma enorme diferença, não apenas ensinar o aluno aprender a ler, mas ampliar seu potencial nas suas habilidades oral e escrita.

Questão 3. Que tipo de livros é interessante para a sua leitura

Fonte: TAUANA, Sandra – 2019.

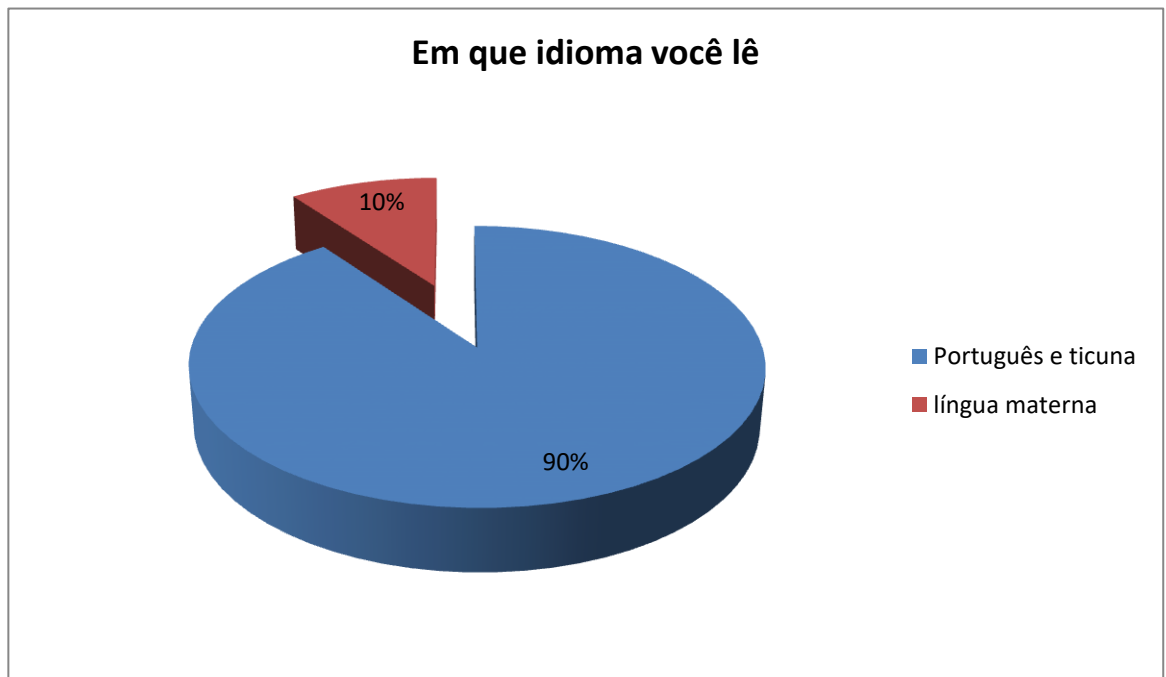
O que consta na apresentação acima, mesmo que os professores os incentive a leitura na língua materna percebe-se que a língua portuguesa tem uma grande influência na vida desses alunos. Mesmo que a língua materna seja mais fácil para a compreensão, a língua portuguesa é predominante.

Os professores sabem e mostram para os alunos que é importante o exercício da língua materna, mas existe uma resistência entre os alunos por lerem mais textos em língua portuguesa como fica bem claro no gráfico. Alguns motivos ou fatores pode ser a causa em optar pela língua portuguesa talvez por não saberem escrever na língua materna (ticuna). Eles se comunicam muito bem pela língua materna, mas não conseguem escrever.

Por falta de formação específica dos professores, por não possuírem um curso específico no currículo de Língua Ticuna para que não aconteça tanta dificuldades. A língua portuguesa é uma disciplina obrigatória nas escolas do país, como afirma o RCNEI: “A língua de ensino de todos os conteúdos curriculares será o português e a língua indígena terá a função de disciplina curricular” (BRASIL, 2002, p. 48).

Questão 4. Qual o idioma que domina mais e gosta de ler?

Gráfico 4. A predominância da leitura.



Fonte: TAUANA, Sandra – 2019.

Os dados apresentam para a predominância da língua portuguesa, os alunos não deixam a língua materna de lado, mesmo não tendo disponibilizado recurso suficiente para realizar a leitura em sua língua oficial. Desta forma, a educação indígena ainda está nas entre linhas na questão do ensino bilíngue. Para que o ensino bilíngue na escola indígena aconteça em seu processo é preciso a efetivação de uma educação diferenciada que realmente atenda a realidade no interior da escola. Por carência de materiais didáticos próprios escritos na língua ticuna os professores fazem recorte de livros de português para que seja traduzido em suas atividades em sala de aula.

No ensino da língua portuguesa, há recursos suficientes para que as atividades se realizem de forma normal. As diretrizes para a política nacional nos mostra os dois níveis para a elaboração de materiais didáticos pedagógicos na escola indígena.

O primeiro é a produção de material de alfabetização destinados a sala de aula. Os professores índios devem ser preparados para a construção desse material; o segundo nível diz respeito a crucial necessidade dos professores índios acompanharem a produção do material de literatura, do etnoconhecimento, d gramática, do dicionário, (1994, p. 21).

Diante das necessidades a escola indígena vem enfrentando esses desafios, ausência de apoio técnicos, especializados para garantir a elaboração desses materiais.

Questão 5. Em que idioma o professor ministra as suas disciplinas/aulas?

As respostas foram unânimes quando manifestaram que o professor ensina nas duas línguas para melhor compreensão do conteúdo e o esclarecimento do aprendizado. Mas os professores “brancos” que são da sede município falam apenas o português.

Questão 6. Qual outro idioma que você domina/fala?

Apenas o português e a língua materna (Ticuna). Eles não falam o outro idioma, mas compreendem o espanhol, língua também predominante no município de Tabatinga.

Questão 7. Pelo domínio dos idiomas que prevalece na comunidade e até mesmo na escola, em qual compreende, entende ou aprende mais, através da língua materna ou na língua portuguesa?

Pelos dados analisados percebe-se que os alunos têm problema com o aprendizado com os dois idiomas, todos apresentam algumas dificuldades, quanto na questão da leitura e escrita, embora tenham facilidade no entendimento, não conseguem escrever o que seria mais viável para eles a língua materna, ou seja, através da língua Ticuna.

A escola não possui em seu currículo a disciplina de língua Ticuna, conseqüentemente dificulta na escrita, na comunicação também, que ao realizar uma produção textual não conseguem desenvolver como deveriam. As metodologias desenvolvidas pelos professores são importantes para os alunos, contribuem para o processo de desenvolvimento dos mesmos.

Por fim, a educação escolar indígena ou a educação indígena precisa ser repensada, reconhecida e trabalhada para se concretizar como uma educação de qualidade e diferenciada na escola e comunidade, pautada nos princípios de vivência e convivência dos povos que possibilite a produção do conhecimento cultural e científico para a melhoria do ensino e aprendizado dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa diante de um estudo minucioso do trabalho, ficou evidente que a educação escolar indígena passa ainda por desafios mesmo com os avanços e conquistas para que haja uma educação de qualidade voltada para os seus verdadeiros saberes.

É indispensável a implantação e a utilização de novas metodologias e formas de ensinar através da língua materna com devida atenção aos alunos por serem oriundos da etnia Ticuna no intuito de melhorar na preparação dos alunos, professores e comunidade em geral.

O tema do trabalho foi extremamente pertinente, pois, permitiu analisar, identificar, verificar e descrever fatores sobre desafios encontrados na educação dos alunos indígenas, a comunidade de Palmares.

A escola diante de suas necessidades deveria ter materiais próprios não somente de leitura e escrita, mas de comunicação formal como, gramática, dicionário, textos, entre outros. Assim, o trabalho com a língua materna facilitaria de forma produtiva e prazerosa nas atividades da escola e no cotidiano dos alunos. Constatou-se que os materiais disponíveis pela escola e utilizados pelos alunos não correspondem a realidade dos discentes.

Os desafios dos professores são constantes, os esforços para fazer do seu trabalho docente com novas metodologias, instrumentos que possam ensinar melhor que o aprendizado dos alunos seja satisfatório, ainda é necessário que se formule novas estratégias e avanços significativos à melhoria da educação escolar indígena.

É explícito que este trabalho apresenta boas contribuições, para educação indígena porém fica-se ciente do imenso desafio que ainda precisa ser vencido. Os capítulos descritos e elaborados foram relevantes para se compreender a situação atual da escola, dos professores e alunos. Pois, os mesmos demonstram a vontade de aperfeiçoamento didático conhecer a escrita correta, fazer da leitura um hábito importante e permitir a comunicação através do uso constante da língua, linguagem e fala.

Portanto, é fundamental o empenho de todos. Que os docentes, alunos e comunidade assumam o compromisso com a educação, que reivindiquem junto com às autoridades e escola os direitos da educação indígena, solicitando materiais e condições de melhorias para a facilitação do ensino/aprendizagem.

Que os docentes com todos os desafios não desanimem na vontade de fazer a diferença, assumindo o compromisso de manter a identidade e autonomia na luta pela educação específica e diferenciada. É necessário que os governantes cumpram as Leis e se comprometam ao acesso a educação da tal sonhada de qualidade e digna para a escola da comunidade.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Hélio Batista. CRAVEIRO, Silva. **Na trilha da cidadania-Iniciativas para a promoção dos direitos das comunidades indígenas/** Org. Hélio Batista Barboza e Silva Craveiro/. São Paulo: Programa Gestão Pública e cidadania, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas/** Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC; SEF, 2002.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: MEC, 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/**Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto ciclo do Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem.** Vozes. 26ª ed. Petrópolis, 1999.

CRUZ, Jocilene Gomes da. **Abordagem sociológica sobre os ticuna no contexto contemporâneo.** Manaus-Am, 2006. Disponível em: <<http://PIB.socioambiental.org/pt/povoticuna>>. Acessado em: 01 de Maio de 2016.

Declaração de Princípios do IV Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima-1991. Informativo FOIRN-EDUCAÇÃO, 1996.

Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar/Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena- 2ª ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Organização das Nações Unidas. Julho de 2006.

FARAH & BARBOZA: **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania/**Organizadores: Marta Ferreira dos Santos Farah, Hélio Batista Barboza. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2001.

_____. **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania/**Organizadores: Marta Ferreira dos Santos Farah, Hélio Batista Barboza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FERREIRA, Maria Kawall Leal. **Da origem dos homens à conquistas da escrita: um estudo e sobre os Povos Indígenas e educação escolar indígena no Brasil**. São Paulo: USP, 1992.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. 3ª Ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajatória de muitas perdas e poucos ganhos**. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis – Tempos de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

FEIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS. Repensando trajetórias/ Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. Menga Lüdke, Marli. E.D.A. André. São Paulo: EPU, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental/Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF/DDEF/CGAEI , 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES TICUNA BILINGUES-OGPTB: **Curso de Licenciatura para os Professores Indígenas do Alto Solimões**. Benjamin Constant-Am. 2005.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. **Uma Construção da Sociedade Amazonense**. Manaus, Abril de 2008.

PROPOSTA CURRICULAR DAS ESCOLAS TICUNA. **Projeto Educação Ticuna. Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingues**. OGPTB. Benjamin Constant-Am, 2002.

RAMOS, José Ademir Gomes. **Educação Indígena/Coordenador**. Manaus: Proformar, UEA Edições, 2007.

REGO, Teresa Cristina. **Uma perspectiva histórica cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RESOLUÇÃO CEB nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de Abril de 1999.

REVISTA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Textos e pretextos sobre educação indígena**. Ano II – nº 2, Abril de 2002.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 5ª ed. Campinas, SP, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed. 1998.

TEIXEIRA, Raquel F. A. **As línguas Indígenas do Brasil**. In: Lopes da SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **A temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.